



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Malstrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

OFÍCIO N° 251/92

Curitiba, 23 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tendo em vista que, nos termos do artigo 96, inciso II, letra "d", da Constituição da República Federativa do Brasil, compete privativamente a este Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a respeito de "a alteração da organização e divisão judiciárias", venho submeter a elevada apreciação dessa douta Casa de Leis, o anteprojeto de reforma constitucional, em anexo.

Visa o mesmo, Senhor Presidente, dar nova redação ao artigo 103, da Constituição do Estado do Paraná, que fixou a competência do egrégio Tribunal de Alcada, de sorte a aumentá-la, já que, atualmente aquela Corte conta com 49 (quarenta e nove) diligentes Juízes.

Na certeza de que V.Exa. dará o devido andamento a esta mensagem, valho-me do ensejo para renovar as expressões do meu maior apreço e admiração.

(a) LUIS RENATO PEDROSO
Presidente

PROPOSIÇÃO DE EMENDA A
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO N° 58/92

Art. 1° - A letra "b" do inciso VII do artigo 101 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

"VII - ...

b) Os mandados de segurança contra atos do Governo do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Justiça, do seu Presidente, Vice-Presidente, Corregedor da Justiça ou de algum de seus órgãos, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador Geral do Estado e do Defensor Geral da Defensoria Pública."

Art. 2° - A letra "c" do inciso II e o inciso III do artigo 103 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

"II - ...

c) Os mandados de segurança contra atos de juiz de primeiro grau praticados nos feitos de sua competência e naqueles do Juizado Especial de Pequenas Causas;"

"III - julgar em grau de recurso, em matéria cível:

- a) as ações relativas à locação, inclusive arrendamento mercantil;
- b) as ações possessórias e de usucapião;
- c) as ações relativas a matéria fiscal de competência dos Municípios;
- d) as ações de procedimento sumaríssimo;
- e) as execuções por título extrajudicial e ações que lhe forem conexas, exceto as

relativas a matéria fiscal de competência do Estado, a falência e a concordata;

- f) as ações relativas a consórcio e as decorrentes de acidente de trabalho, de dissolução e liquidação de sociedade civil ou comercial, de contrato de alienação fiduciária, de contrato de seguro de qualquer natureza e de contrato de corretagem;
- g) as ações revocatórias, exceto em matéria falimentar;
- h) as ações de prestação de contas;
- i) as ações de depósito;
- j) as ações de cobrança pelo procedimento ordinário;
- l) as ações cautelares, incidentais e conexas com as de sua competência;
- m) outros feitos definidos em lei".

Art. 3° - O inciso IV do artigo 103 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

"IV - julgar em grau de recurso, em matéria criminal;

- a) os crimes ou contravenções relativos a tóxicos ou entorpecentes;
- b) os crimes contra o patrimônio e aqueles conexos ou em concurso com os crimes de corrupção de menor e quadrilha ou bando, independentemente da natureza da pena cominada;
- c) o crime de denúncia caluniosa quando resultante a ação penal de matéria de sua competência;
- d) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares;
- e) outros feitos definidos em lei;"

Art. 4° - Fica suprimido o artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição de emenda à Constituição do Estado não esvazia a competência do Tribunal de Justiça porque reserva para este as ações de maior repercussão social, como os mandados de segurança contra atos das mais altas autoridades do Estado, os mandados de injunção, os "habeas-data", as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações civis públicas, as ações de falência, as ações de família, as ações de interesse da Fazenda Pública, as ações que envolvem o Registro Público, os crimes de responsabilidade das mais altas autoridades estaduais e municipais, etc.

Isto ocorreu com o Supremo Tribunal Federal que transferiu toda sua competência ordinária para o Superior Tribunal de Justiça, reservando para si, somente a matéria constitucional sem, contudo, esva-

ziar a sua atividade judicante.

A Constituição Federal remeteu à Constituição do Estado a definição da competência dos tribunais sem limitação, ao estatuir no parágrafo 1º do seu artigo 125 "verbis":

"A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do tribunal de Justiça."

Está, pois, derogada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional no que respeita à limitação da competência do Tribunal de Alçada, como estabelecida nos incisos III e IV do artigo 108 daquele estatuto.

O permissivo constitucional contemporâneo enseja a que se aumente a competência do Tribunal de Alçada na proporção do aumento do número de seus juizes, de vinte e cinco (25) para quarenta e nove (49), ou seja, quase o dobro do existente anteriormente, o que equivale, para efeito competencial, à criação de outro tribunal.

A nova redação à letra "b" do inciso VII do artigo 101 da Constituição do Estado se justifica porque foram omitidos, como autoridades coatoras, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente e o Corregedor da Justiça.

A letra "c" do inciso II do artigo 103 daquela Constituição foram acrescentados os feitos do Juizado Especial de Pequenas Causas por ser esta matéria compatível com as demais do Tribunal de Alçada.

A separação das matérias cível e criminal nos dois incisos propostos (III e IV) se faz necessária em razão do extenso rol, porque exaustivo, das matérias cíveis.

O acréscimo das ações inclusive a partir da letra "h" estabelece a proporção aproximada entre a distribuição e o aumento do número dos Juizes de Alçada, sendo

inatingível proporção absolutamente exata em razão de impossibilidade material, não só porque ainda não é precisa a titulação das ações cadastradas no Tribunal, como também porque ocorrem variações cíclicas no ajuizamento das diversas ações geradas pelos conflitos de interesses que se formam fora do processo, ao sabor das mutações sociais e do maior ou menor relacionamento individual entre os jurisdicionados.

Na competência segundo a matéria criminal foi apenas acrescentada na letra "b" da proposição e expressão "e aqueles conexos ou em concurso com os crimes de corrupção de menor e quadrilha ou bando". A inserção se justifica porque nos crimes contra o patrimônio, notadamente os delitos de furto, roubo ou extorsão, são assaz frequentes as hipóteses de conexão ou de concurso com os delitos de corrupção de menor e de associação em quadrilha ou bando. É óbvio que estes últimos ilícitos representam um "minus" em relação aos primeiros. Daí porque, firmada a competência do Tribunal de Alçada para os recursos nos quais são versados crimes patrimoniais, é de toda a conveniência e lógica se prorrogue a aludida competência para o julgamento dos crimes conexos mais frequentes. Também os crimes de denúncia caluniosa que resultarem de ação penal da competência do Tribunal de Alçada devem, por coerência, compor o rol da mesma competência.

A supressão do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é imperiosa em razão da necessidade premente de desatrelar da correspondente contenção de eficácia as disposições constitucionais que definem a competência dos tribunais locais.

Curitiba, 12 de junho de 1992

(a) DES. NUNES DO NASCIMENTO